

Estudo Técnico Preliminar 31/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 08385.005771/2023-22

2. Descrição da necessidade

2.1 A necessidade de contratação de empresa especializada em serviços de agenciamento de viagens para eventuais aquisições de passagens aéreas nacionais, internacionais, e seguro viagem, compreendendo a emissão de bilhetes de passagens (assessoria, cotação, reserva e emissão) e alteração e cancelamento de bilhetes de passagens (cotação, reserva, alteração, cancelamento e reembolso) no interesse da administração, se justifica visando os interesses institucionais, haja vista que a competência e às atividades da Polícia Federal estão elencadas no Art. 144, § 1º e incisos I, II, III e IV da Constituição Federal de 1988, dentre as quais às funções de Polícia Judiciária da União, Polícia Marítima, Aeroportuária e de Fronteiras, bem como outras atividades requisitadas pelo Ministério da Justiça e por Órgãos do Poder Judiciário, sem prejuízo de outras demais atividades, a exemplo de acordos de cooperação internacional, reuniões técnicas, capacitações, participações em congressos, conferências, e, demais demandas no interesse da Administração Pública. Dessa maneira, tem-se a necessidade de deslocamento de pessoal para outras localidades dentro do território brasileiro e, em algumas ocasiões, fora deste, visando cumprir o relevante papel nas atividades prestadas à sociedade por meio da Polícia Federal no Paraná - SR/PF/PR.

2.2 Os serviços de emissão de passagens aéreas a serem contratados têm natureza continuada e são classificados como imprescindíveis para a SR/PF/PR, visando atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, cuja interrupção dos serviços poderia causar grandes prejuízos às atividades policiais em curso, inclusive com descumprimentos de decisões judiciais de traslado de presos, de busca e apreensão, e, portanto, comprometer a manutenção das atividades finalísticas e de suporte do Órgão.

2.3 A escolha pelo transporte aéreo justifica-se pelos ganhos relacionados ao tempo despendido, à segurança do passageiro, ao custo-benefício resultante desta modalidade de deslocamento e pelas grandes distâncias envolvidas.

2.4 Ademais, a necessidade da contratação de serviços de agenciamento de viagens se justifica em atender às demandas não contempladas pela aquisição na modalidade "compra direta", conforme previsão do art. 4º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 03/2015.

2.5 A atual contratação para emissão de passagens aéreas da SR/PF/PR tem vigência até 31/12/2023, sem possibilidade de prorrogação ordinária. Com o encerramento do contrato vigente, faz-se necessário a realização de novo certame com o objetivo de contratar eventual prestação de serviços de agenciamento de viagens à aquisição de bilhetes aéreos nacionais e internacionais, não atendidos pelas companhias aéreas credenciadas, destinados aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

2.6 Os serviços em questão são regulamentados por meio da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 03/2015 e no âmbito da Polícia Federal pela Instrução Normativa DG/PF nº 231/2022, sem prejuízo dos demais normativos vigentes, a exemplo da Resolução nº 400/2016 ANAC e da Lei 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SELOG/SR/PF/PR	MOZART PERSON FUCHS

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. O licitante deverá:

4.1.1. Comprovar qualificação técnica e econômica, pelos motivos que seguem:

4.1.1.1. Qualificação técnica: se dará através da apresentação de atestados de capacidade técnica, emitidos por órgãos públicos ou empresas privadas, como forma de garantia de segurança para a Administração, no sentido de que o licitante tem condições e know how para a execução do contrato, caso seja o licitante vencedor;

4.1.1.2. Qualificação econômica: se dará através de apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, e balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), possibilitado, assim, que a Administração confira as condições econômicas das proponentes, na tentativa de resguardar o cumprimento do contrato, buscando prevenir a participação de empresas aventureiras, que sem responsabilidade ou respaldo financeiro, possam participar e vencer o certame e, durante a execução da obrigação contratada, não possuir capital suficiente para concluir o objeto da obrigação, visto que o pagamento ocorre posteriormente à execução.

4.1.2. Possuir Certificado de Registro concedido pelo Ministério do Turismo, conforme previsto no art. 22, da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, e no art. 18 do Decreto nº 7.381/2010.

4.1.3. Possuir registro perante a Internacional Air Transport Association (IATA), que permita emissão de bilhetes de passagens aéreas.

4.1.4. Possuir central de atendimento em caráter permanente e de forma ininterrupta, por mensagem, e-mail e/ou telefone, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana, inclusive feriados.

4.1.5. Possuir Sistema integrado às companhias aéreas para cotação, reserva, emissão, alteração e cancelamento de bilhetes de passagem aérea.

4.1.6. Demonstrar que está autorizada a operar com as principais companhias aéreas que atuam regularmente nos mercados doméstico nacional e regional (dentre estas GOL/VARIG, TAM, AZUL/TRIP, PASSAREDO) e internacional.

4.2. A vigência inicial do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 10 (dez) anos, conforme preconiza o art. 107 da Lei 14.133/2021.

4.2.1. A contratação dos serviços em tela tem natureza continuada para SR/PF/PR e visa ao desempenho de suas atribuições, em obediência às determinações legais, cuja interrupção pode comprometer a continuidade de suas atividades finalísticas e de suporte. Dessa forma, para que não haja dispêndios de tempo e recurso humano empregado na instrução processual de nova contratação quando do fim do contrato ora desejado, resta por configurada a necessidade de que a contratação se estenda por mais de um exercício financeiro, nos limites da legislação em vigor e desde que mantidas as vantagens econômicas da contratação inicial, justificando-se dessa maneira a adoção do prazo limite fixado no art. 110, I, da Lei 14.133/2021.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pois essa contratação está seguindo os moldes das contratações anteriores para o mesmo objeto, nas quais não houve a necessidade de exigência de garantia, vez que outras disposições constantes neste Estudo Técnico Preliminar, no Termo de Referência e no Termo de Contrato, são tidas como suficientes para garantir o cumprimento das obrigações por parte da Empresa vencedora.

4.3.1. A CONTRATANTE poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA.

4.4. O licitante deverá possuir cadastro no SICAF.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Para a contratação em tela foram analisados processos similares feitos por outros órgãos e entidades, por meio de pesquisa no âmbito de Pregões Eletrônicos e contratações públicas registradas no site <https://www.gov.br/compras/>, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam as necessidades da Administração.

5.2 Estamos diante de um objeto comum, onde as especificações e padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidas, em descrições usuais do mercado.

5.2.1 Foi verificado que, para este objeto, estão sendo realizadas majoritariamente dois modelos de licitação. O primeiro, possui apenas lances apenas para os valores do serviço de agenciamento, sendo que os itens referentes aos repasses de seguro viagem e

voos nacionais e internacionais não sejam objeto de preços e lances no momento da licitação. O segundo, possui lances para os valores do serviço de agenciamento, na modalidade menor preço, e os itens referentes aos repasses de seguro viagem e voos nacionais e internacionais sejam objeto de lances de maior desconto percentual no momento da licitação.

5.2.2 Em momento anterior, adotou-se o primeiro modelo para essa licitação, porém, após impugnação do pregão devido aos critérios de desempate previstos no modelo de Edital fornecido pela CJU, verificou-se que nesse modelo ocorrem, por diversas vezes, empates entre as empresas licitantes, vez que o sistema não aceita proposta negativa para os serviços de agenciamento que resultaria em desconto como pretendeu-se no Termo de Referência.

5.2.3 Portanto, decidiu-se utilizar o segundo modelo de licitação, no qual serão oferecidos lances de valores para os itens de serviços de agenciamento e lances de percentuais de desconto para os itens de repasses de seguro viagem e voos nacionais e internacionais.

5.2.4 Pelos dados coletados, observou-se que a modalidade de licitação utilizada para o quantitativo que se pretende adquirir é o pregão eletrônico.

5.3 Em face da indisponibilidade de utilização da ferramenta "Compra Direta" do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens, que está sem previsão para disponibilização a todos os órgãos do executivo federal, resta aos interessados a contratação de agências de viagens para a emissão de bilhetes de passagens aéreas e seguro de viagens, visando atender suas necessidades de deslocamento de pessoal por via aérea.

5.4 Ressalta-se a inviabilidade técnica e econômica para contratação direta de várias empresas de transporte aéreo nacional, pois assim a unidade incorreria em flagrante fracionamento de despesas, bem como teria que arcar com um custo muito elevado para gestão de vários contratos para uma mesma finalidade.

5.5 Considerando as informações levantadas, verificou-se que a solução viável e que melhor atende as necessidades atuais da SR /PF/PR é a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de agenciamento de viagens para aquisição de passagens aéreas nacionais e internacionais, bem como seguros de viagem.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Para perfeito entendimento deste Estudo Técnico Preliminar são adotadas as seguintes definições:

- a. BILHETE DE PASSAGEM - documento fornecido pela companhia aérea, denominado usualmente como e-ticket, comprovando a contratação do serviço de transporte aéreo, contendo os dados do passageiro, os horários e o itinerário da viagem, o valor da TAXA DE EMBARQUE e as regras e o valor da TARIFA, podendo contemplar um ou mais TRECHOS da viagem;
- b. CENTRAL DE ATENDIMENTO – unidade da CONTRATADA que realiza a interface com os usuários da CONTRATANTE, oferecendo suporte especializado, de forma ininterrupta, para atender às necessidades relacionadas aos serviços contratados;
- c. CONTRATADA – fornecedor registrado que firmar contrato com a CONTRATANTE para a prestação dos serviços objeto da licitação;
- d. CONTRATANTE – o ÓRGÃO ou ENTIDADE que firmar contrato com fornecedor registrado;
- e. LOCALIZADOR – código alfanumérico emitido pelas companhias aéreas e constante no BILHETE DE PASSAGEM pelo qual se identifica os dados da viagem, tais como código do voo, cidades de origem e destino, datas e tipo de TARIFA;
- f. PASSAGEM AÉREA – compreende o trecho de ida e o trecho de volta ou somente um dos trechos, nos casos em que isto represente toda a contratação;
- g. PCDP – Proposta de Concessão de Diárias e Passagens cadastrada no SCDP, onde constam os dados do passageiro, as informações do deslocamento, os documentos comprobatórios da demanda e os dados financeiros;
- h. SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens, é o sistema de uso obrigatório pelos ÓRGÃOS e ENTIDADES, inclusive autarquias e fundações, para a concessão, registro, acompanhamento e controle de diárias e passagens;

- i. SEGURO VIAGEM – seguro que objetiva a garantia de pagamento ao passageiro de indenização, quando da ocorrência de riscos previstos e cobertos durante a viagem internacional, nos termos das condições gerais e especiais contratadas;
- j. TARIFA – valor único cobrado pela companhia aérea, em decorrência da prestação do serviço de transporte aéreo de passageiros, de acordo com itinerário determinado pelo adquirente;
- k. TAXA DE EMBARQUE – tarifa aeroportuária cobrada do passageiro, por intermédio das companhias aéreas;
- l. TRECHO – compreende todo o percurso entre a origem e o destino, independentemente de existirem conexões, escalas ou ser utilizada mais de uma companhia aérea;
- m. UNIDADE SOLICITANTE – unidade do âmbito da estrutura organizacional do ÓRGÃO ou ENTIDADE que demanda o serviço;
- n. VOO DOMÉSTICO (ou VOO NACIONAL) - rota regular de transporte aéreo de passageiros, de companhias aéreas brasileiras, com cidades de origem, intermediárias e de destino localizadas em território brasileiro;
- o. VOO INTERNACIONAL - rota regular de transporte aéreo de passageiros, mantido por companhias aéreas brasileiras ou estrangeiras, com cidades de origem e/ou intermediárias e/ou de destino localizadas em país diferente do Brasil.

CONDIÇÕES GERAIS

6.2. As solicitações de serviços serão registradas no Sistema de Concessão de Passagens e Diárias - SCDP pela UNIDADE SOLICITANTE e direcionadas à CONTRATADA, que acessará perfil exclusivo para visualizá-las e atendê-las.

6.2.1. Eventualmente, as solicitações poderão ser direcionadas pelo Solicitante de Passagem do Órgão à CONTRATADA, por meio de telefone e/ou e-mail, e excepcionalmente via aplicativo WhatsApp, com o posterior registro dos atos no SCDP.

6.3. Para recepção das solicitações registradas no SCDP, a CONTRATADA receberá login e senha de acesso a módulo específico do sistema, possibilitando a visualização das solicitações pendentes.

6.4. Para o perfeito cumprimento do objeto, a CONTRATADA deverá dispor de CENTRAL DE ATENDIMENTO para execução dos serviços solicitados, devendo ser as requisições realizadas por telefone e/ou e-mail, e excepcionalmente via aplicativo WhatsApp, exclusivamente por servidores formalmente designados.

6.5. A UNIDADE SOLICITANTE deve efetuar a análise, escolha das opções e autorização para aquisição levando em consideração as normas vigentes que orientam a emissão de BILHETE DE PASSAGEM, atualmente contidas na IN SLTI nº 3 /2015 e no âmbito da Polícia Federal pela Instrução Normativa DG/PF nº 231/2022, orientando a CONTRATADA sobre seus termos e sobre eventuais alterações.

6.6. A CONTRATADA tem o encargo de pesquisar tarifas, antes da emissão do bilhete de passagem, que no momento estiverem sendo praticadas pelas companhias aéreas, devendo sempre que possível optar pela de menor valor.

6.7. A CONTRATANTE reserva-se ao direito de solicitar a comprovação, sempre que julgar necessária, do valor vigente das tarifas, na data da emissão dos bilhetes de passagens.

DA CENTRAL DE ATENDIMENTO

6.8. A CONTRATADA deve manter, em caráter permanente e de forma ininterrupta, CENTRAL DE ATENDIMENTO, com acionamento por meio do SCDP, e-mail ou telefone, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana, inclusive feriados.

6.9. Para recepcionar as solicitações por e-mail ou telefone, a CONTRATADA deverá manter endereço eletrônico para troca de mensagens e sistema telefônico 0800, cujo número deverá ser fornecido à CONTRATANTE no momento da assinatura dos contratos.

6.10. A CONTRATADA deverá gerar número de protocolo para todas as solicitações realizadas por e-mail ou telefone, bem como efetuar a gravação das chamadas telefônicas.

6.11. Os protocolos gerados deverão ser informados aos usuários no início do atendimento.

6.12. As gravações das chamadas telefônicas deverão ser armazenadas por prazo não inferior a 6 (seis) meses e disponibilizadas sempre que houver solicitação da CONTRATANTE.

6.13. A CONTRATADA deverá realizar procedimento de identificação dos servidores autorizados a utilizar este serviço, mediante confirmação de alguns de seus dados pessoais ou outros que julgar necessários.

6.14. A CONTRATANTE deverá, em até 07 (sete) dias úteis após a assinatura do contrato, disponibilizar à CONTRATADA relação contendo as seguintes informações dos servidores autorizados a solicitar serviços por e-mail ou telefone:

- Nome;
- E-mail a partir do qual serão originadas as solicitações;
- Matrícula no SIAPE ou equivalente;
- Unidade de vinculação;
- Cargo/função;
- Data de nascimento; e
- Número do CPF.

6.15. O envio da relação citada no subitem 6.14. é indispensável para o início da prestação dos serviços por parte da CONTRATADA, para as demandas solicitadas por e-mail ou telefone.

6.16. Os BILHETES DE PASSAGEM de VOOS DOMÉSTICOS e VOOS INTERNACIONAIS emitidos por solicitação via e-mail ou telefone deverão ser regularizados por meio da criação de PCDP no primeiro dia útil subsequente à data da solicitação, vinculando os dados do BILHETE DE PASSAGEM emitido, inclusive a cotação realizada pela CONTRATADA.

6.17. Caso a impossibilidade de formalização da demanda via SCDP perdure além do primeiro dia útil subsequente à data da solicitação, o e-mail de solicitação constituirá documento hábil para substituir a PCDP para fins de faturamento, sem excluir a necessidade de regularização prevista no subitem 6.16.

6.18. As solicitações encaminhadas à CONTRATADA, por e-mail ou telefone, deverão conter as mesmas informações previstas para solicitação por meio do SCDP.

DA EMISSÃO DE BILHETES DE PASSAGENS - VOOS DOMESTICOS E INTERNACIONAIS

6.19. O serviço compreende:

6.19.1. Assessoria: entende-se por assessoria para emissão de BILHETES DE PASSAGEM, o serviço prestado pela CONTRATADA, visando ao auxílio na pesquisa, análise e escolha de melhores opções de voos, observada a cotação quando:

6.19.1.1 Não houver disponibilidade em voos sem escala/conexão ou voos com razoável tempo de duração, devendo a CONTRATADA apresentar opções para que seja analisada aquela que apresente a melhor relação custo x benefício; e

6.19.1.2. Em virtude de ocorrência de evento, seminário, encontro ou situação semelhante, em que o número de passageiros permita a negociação de melhores TARIFAS, visando economicidade.

6.19.2. Cotação: a cotação para emissão de BILHETE DE PASSAGEM realizada pela CONTRATADA deverá refletir com exatidão as informações atualizadas de todos os voos disponíveis nas datas solicitadas, consideradas inclusive as promoções tarifárias vigentes, observadas as condições gerais.

6.19.2.1. A empresa CONTRATADA deverá fornecer à Administração CONTRATANTE, em especial ao servidor formalmente designado, login e senha para acesso ao Sistema integrado às companhias aéreas a fim de que sejam realizadas as cotações e reservas de passagens.

a. O sistema utilizado deve ser compatível com os principais navegadores de internet utilizados (exemplo: Google Chrome, Microsoft Edge e Mozilla Firefox).

b. Caso seja necessário, a CONTRATADA deve fornecer capacitação/treinamento ao servidor designado da CONTRATANTE para a utilização do sistema.

c. O sistema deve oferecer tela única de consulta simultânea a todos os voos das principais companhias aéreas nacionais, constando trechos, voos, horários, aeronaves, classes de bilhete e preço.

6.19.2.2. O pedido de cotação enviado à CONTRATADA via e-mail ou telefone deverá conter, no mínimo:

- Número da PCDP, quando a demanda já tiver sido registrada no SCDP;
- Nome da UNIDADE SOLICITANTE, com e-mail, telefone e servidor responsável pela demanda;
- Tipo de viagem: nacional ou internacional;
- Data prevista da partida;
- Data prevista do retorno;
- Cidade de origem;
- Cidade de destino;
- Necessidade de bagagem despachada;
- Nome completo do passageiro;
- Data de nascimento do passageiro;
- Número e validade do passaporte, no caso de viagem internacional;
- Dados do visto, no caso de viagem internacional;
- CPF do passageiro;
- Telefone para contato do passageiro;
- Endereço eletrônico do passageiro;
- Classe de voo: preferencialmente econômica em voos nacionais e, excepcionalmente, quando não disponível a classe econômica, classe executiva ou primeira classe em casos de viagem internacional;
- Horários previstos de início e término do trabalho, evento ou missão no destino;
- Eventual deficiência do passageiro.

6.19.2.3. Em relação aos itens 6.19.2.2, serão observadas às informações fornecidas de acordo com a Resolução nº 595/2020 ANAC, não sendo fornecidas à CONTRATADA informações que possam comprometer o sigilo de operações.

6.19.2.4. O resultado deverá ser discriminado por trecho, contendo, além dos dados da solicitação de cotação, as seguintes informações:

- Companhia aérea;
- País/cidades de origem e destino;
- Duração do voo;
- Quantidade e duração das escalas/conexões, se houver;
- Datas e horários do voo e aeroportos utilizados;
- Valor da TARIFA;
- Valor da TAXA DE EMBARQUE;

- Valor da franquia de Bagagem despachada (se solicitado);
- Apresentar no mínimo 3 (três) companhias aéreas distintas, quando possível; e
- Priorizar preferencialmente voos diretos ou, quando possível, o menor tempo de duração.

6.19.2.5. As solicitações de cotação, reserva, emissão, alteração e cancelamento de bilhete de passagem enviadas à CONTRATADA, seja via Sistema SCDP, e-mail, telefone, e, excepcionalmente via WhatsApp, deverão ser atendidas, impreterivelmente, com prazo máximo de 2 horas para voos nacionais e 4 horas para voos internacionais.

a) No caso do não cumprimento do prazo estipulado para a emissão da passagem, havendo majoração da tarifa em relação ao valor verificado na reserva, tal diferença será glosada pela CONTRATANTE;

6.19.2.6. Serão repassadas à CONTRATANTE as menores tarifas que a CONTRATADA obtiver junto às companhias aéreas. Deverá ser assegurado o fornecimento das menores tarifas em vigor, praticadas por quaisquer das companhias aéreas do setor, e, quando da sua impossibilidade justificar os motivos pelos quais não foi possível optar pela passagem de menor valor.

6.19.3. Reserva: a reserva para emissão de BILHETE DE PASSAGEM deverá ser realizada pela CONTRATADA, discriminada por TRECHO e observadas as condições gerais e com base nas informações de cotação contidas na etapa anterior.

6.19.3.1. A CONTRATADA apresentará pelo SCDP, e-mail ou telefone, a reserva contendo o LOCALIZADOR, a data e hora de validade da reserva e demais dados contidos na cotação para a UNIDADE SOLICITANTE, visando à necessária aprovação.

6.19.3.2. A reserva deverá ser realizada pela CONTRATADA, através de Sistema integrado às companhias aéreas.

6.19.4. Emissão: será realizada pela CONTRATADA observando as condições gerais, com base nas informações de reserva contidas na etapa anterior.

6.19.4.1 Havendo cancelamento em virtude da expiração do prazo da reserva e caso não seja possível reativá-la nos mesmos valores, o procedimento visando à emissão deve ser reiniciado.

6.19.4.2. A informação do BILHETE DE PASSAGEM emitido deverá constar no sistema da CONTRATADA, para conferência e cadastramento no SCDP pelo servidor da CONTRATANTE. Caso a solicitação da reserva e aquisição de BILHETE DE PASSAGEM tenha sido realizada por e-mail, a CONTRATADA deverá enviar a informação do BILHETE DE PASSAGEM emitido através de e-mail à UNIDADE SOLICITANTE para conferência e cadastramento no SCDP pelo servidor da CONTRATANTE.

6.19.4.3. Após a conferência e cadastramento do BILHETE DE PASSAGEM no sistema SCDP pelo servidor da CONTRATANTE, é necessário que a CONTRATADA realize a baixa do bilhete no sistema SCDP em até 2 (duas) horas para voos domésticos e em até 4 (quatro) horas para voos internacionais.

SEGURO VIAGEM

6.20. A CONTRATADA deverá providenciar, quando requerido pela UNIDADE SOLICITANTE, em até 3 (três) horas após a formalização da demanda pelo SCDP, por e-mail ou telefone, no mínimo 3 (três) cotações de SEGURO VIAGEM, com seguradoras, para aprovação do custo e autorização da emissão, observando as regras e as coberturas mínimas previstas na Resolução CNSP nº 315/2014, do Conselho Nacional de Seguros Privados.

6.21. A CONTRATADA deverá emitir a apólice ou voucher, no prazo máximo de 3 (três) horas após autorização pela CONTRATANTE.

6.22. O SEGURO VIAGEM será solicitado exclusivamente para viagens internacionais.

6.23. Os serviços de emissão de SEGURO VIAGEM compreendem a cotação e emissão de seguros-viagem. Caso ocorra a necessidade de alteração ou cancelamento da passagem ao qual está atrelado, ocorrerá também a alteração, o cancelamento e o reembolso do seguro-viagem solicitado.

6.24. Será devido à CONTRATADA apenas o valor de repasse referente ao prêmio do SEGURO VIAGEM quando este for emitido juntamente com o BILHETE DE PASSAGEM INTERNACIONAL não podendo, neste caso, a CONTRATADA cobrar remuneração adicional pela prestação deste serviço.

ALTERAÇÃO DE BILHETES DE PASSAGEM - VOOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

6.25. A alteração de BILHETE DE PASSAGEM deve ser precedida de nova cotação e reserva, visando subsidiar a decisão sobre a alteração ou cancelamento seguido de nova emissão, o que for mais vantajoso para a CONTRATANTE.

6.26. As alterações de BILHETES DE PASSAGEM serão requeridas pela UNIDADE SOLICITANTE, pelo SCDP, por E-MAIL ou telefone, discriminadas por trecho.

6.27. Caso a alteração possua mudança ou inclusão de destinos, a CONTRATADA receberá solicitação de nova assessoria para indicação das opções que melhor atendam à demanda.

6.28. A alteração dependerá da disponibilidade de assentos e poderá ensejar em aplicação de multas e eventuais diferenças tarifárias estabelecidas pela companhia aérea.

6.29. Imediatamente após a alteração que resulte em débito, situação na qual o valor do BILHETE DE PASSAGEM original é inferior ao novo bilhete emitido, a CONTRATADA deverá informar a diferença de valor resultante para que seja efetuado o registro do novo valor pelo servidor designado.

6.30. Imediatamente após a alteração que resulte em crédito, situação na qual o valor do BILHETE DE PASSAGEM original é superior à soma da multa e da diferença tarifária, a CONTRATADA deverá requerer, imediata e formalmente, o reembolso dos valores aos quais a CONTRATANTE tem direito, para que seja efetuada a glosa do valor em fatura, mediante apresentação de nota crédito e comprovante das companhias aéreas, discriminadas por UNIDADE SOLICITANTE.

6.31. A CONTRATANTE efetuará a conferência das informações e a consequente glosa do valor a que tem direito, no momento em que for viável e possível, levando em consideração o valor da fatura e o tempo necessário para o término da conferência.

CANCELAMENTO DE BILHETES

6.32. Este serviço compreende:

6.32.1. Cancelamento originado pela extinção da demanda:

6.32.1.1 A informação de cancelamento será fornecida pela CONTRATANTE à Central de Atendimento da CONTRATADA, pelo SCDP, por e-mail ou telefone, com base nas informações do bilhete de passagem emitido.

6.32.1.2. Após o recebimento da informação, a CONTRATADA deve efetuar o cancelamento do bilhete de passagem, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, objetivando a isenção da cobrança de taxa de no-show, quando possível, de acordo com as regras da companhia aérea.

6.32.1.3. Todas as solicitações de cancelamento devem constar no relatório para controle dos bilhetes de passagem passíveis de reembolso.

6.32.2. O cancelamento originado de demanda de alteração:

6.32.2.1 Ocorre em duas situações:

a) analisada a cotação, a Unidade Solicitante verifica que há melhor relação custo x benefício com nova emissão, e não com a alteração do bilhete de passagem; e

b) inexistência de voos que permitam a alteração do bilhete de passagem já emitido.

6.32.2.2 Para as situações acima, a CONTRATADA deve efetuar o cancelamento do bilhete de passagem e iniciar o processo de nova emissão, a partir da etapa de assessoria, informando nova cotação do voo pretendido, para escolha da melhor opção e posterior aprovação, cabendo nesse caso cobrança de remuneração pela nova emissão.

6.33. A solicitação de cancelamento será fornecida pela CONTRATANTE à CONTRATADA, pelo SCDP, por e-mail ou telefone, com base nas informações do bilhete de passagem emitido.

6.34. Em relação ao item anterior, após o cancelamento do bilhete, a CONTRATADA deverá de ofício encaminhar ao setor de reembolsos a demanda, solicitando que o reembolso seja providenciado de imediato, a depender da questão caracterizada nos art. 11º e 12º da Resolução nº 400/2016 ANAC.

REEMBOLSO

6.35. Imediatamente após o cancelamento, a CONTRATADA deverá requerer, na companhia aérea, o reembolso dos créditos provenientes da passagem cancelada. Isso representa, no mínimo, o valor da taxa de embarque.

6.36. A CONTRATADA deve adotar as medidas necessárias para a efetivação do reembolso tão logo lhe seja solicitado o cancelamento do bilhete de passagem ou quando da ocorrência de no-show.

6.37. O reembolso do bilhete de passagem se dará por intermédio de glosa do valor em fatura, mediante apresentação de nota crédito, discriminada por Unidade Solicitante, com os detalhamentos das regras aplicadas pelas companhias aéreas e respectivos comprovantes, contendo no mínimo:

- a) unidade solicitante;
- b) dados do bilhete de passagem;
- c) nome do passageiro, origem/destino, data do voo;
- d) valor pago;
- e) valor da multa; e
- f) valor do crédito.

6.38. A CONTRATANTE efetuara a conferência das informações e a consequente glosa do valor a que tem direito, no momento em que for viável e possível, levando em consideração o valor da fatura e o tempo necessário para o término da conferência.

6.39. O reembolso obedecerá às eventuais restrições constantes das condições de sua aplicação, inclusive prazo de reembolso, taxa administrativa e outras penalidades.

6.40. O prazo para reembolso não poderá ser superior a 40 (quarenta) dias contados da data da solicitação, excetuando situações atípicas e devidamente autorizadas e regulamentadas pelo Governo Federal (fato do príncipe), a exemplo dos reembolsos no período da pandemia pelo COVID, haja vista que os prazos de reembolsos estão previstos nos art. 29º a 31º da Resolução nº 400 /2016 ANAC.

6.41. Mensalmente, a empresa CONTRATADA enviará junto com as faturas, notas de créditos dos reembolsos e relatórios de reembolsos dos bilhetes cancelados/não utilizados, acrescidas das informações do item 6.37.

REPASSE

6.42. O repasse refere-se aos valores das tarifas, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas as companhias aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem em voos domésticos adquiridos.

6.43. Os valores citados no subitem anterior serão repassados as companhias aéreas por meio da CONTRATADA e seus comprovantes deverão ser juntados ao faturamento, mensalmente.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Inicialmente, cita-se que o contrato anterior (Contrato 19/2018 – SEI 9327038) estimava uma quantidade anual de 1500 passagens aéreas nacionais e 30 passagens aéreas internacionais e seguros-viagem.

7.2. Visando chegar o mais próximo do quantitativo de itens e de valores para nova contratação, para atender as futuras demandas da SR/PF/PR com emissão de passagens aéreas nacionais, internacionais e seguros-viagem foram levantados os quantitativos dos referidos itens entre 2019 e 2022. Não foi utilizado o ano de 2023 devido a esse ser o ano corrente e o quantitativo não estar consolidado.

7.3. Em 2019 foram adquiridas passagens aéreas nacionais com a utilização da ferramenta “Compra Direta” do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (agora indisponível) e estes valores encontram-se quantificados e somados para compor a realidade do número de passagens adquiridas em 2019.

7.4. Ressalta-se que os quantitativos executados em 2020 e 2021 encontram-se reduzidos em razão da suspensão desses serviços nesses anos, em decorrência da pandemia pela COVID-19. Da mesma maneira, apenas em março do ano de 2022 foi revogado o uso de máscaras de proteção em aeroportos e aeronaves, o que sinaliza que a normalidade das viagens ainda está em um processo de retomada da normalidade.

7.5. Para a contagem de passagens aéreas internacionais foi desconsiderado o ano de 2020 - pois devido a pandemia pela COVID-19 e o fechamento de aeroportos não houve nenhuma passagem internacional emitida neste ano.

7.6. Apresentam-se nas tabelas abaixo os quantitativos levantados. Informa-se que em caso de números decimais, foi adotado o arredondamento para o número imediatamente superior, visto que não existe a possibilidade de se adquirir meia passagem.

PASSAGENS NACIONAIS			
Ano	Adquiridas através do Contrato 19/2018 (SEI 9327038)	Adquiridas por Compra Direta	Total Anual
2019	546	171	717
2020	281	0	281
2021	278	0	278
2022	396	0	396

PASSAGENS INTERNACIONAIS	
Ano	Adquiridas através do Contrato 19/2018 (SEI 9327038)
2019	7
2021	8
2022	11
MÉDIA TOTAL ANUAL	9

7.7. Considerando a atual conjuntura econômica, observa-se que a alta da inflação causa impacto direto nos preços de combustíveis e em valores de transporte, em especial no transporte aéreo. Já com o controle da pandemia COVID-19, é provável que as demandas institucionais aumentem, a exemplo de acordos de cooperação internacional, reuniões técnicas, capacitações, participações em congressos, conferências, e, demais demandas no interesse da Administração Pública.

7.8. Assim, considerando o quantitativo solicitado no contrato anterior (SEI 9327038), o contínuo crescimento das demandas de atendimento no serviço público, o número de servidores e de eventos que ensejam compra de passagens aéreas, a possibilidade da prorrogação do contrato por até 10 (dez) anos, por segurança contratual e afim de evitar o retrabalho de nova contratação, sugere-se adotar como quantidade de passagens o mesmo número executado em 2019, pois este refletia a realidade desta SR/PF/PR antes da pandemia. Portanto, estima-se o quantitativo de 717 agenciamentos/ano de passagens nacionais.

7.9. Para as passagens internacionais, nota-se que, excetuando-se o ano de 2020 em que os aeroportos se encontravam fechados, o número de passagens adquiridas teve um aumento constante. Dessa maneira, sugere-se adotar como quantidade de passagens a média dos anos 2019, 2021 e 2022 conforme tabela anterior. Assim, estima-se o quantitativo de 9 agenciamentos/ano de passagens internacionais e seguros-viagem para compor o objeto em estudo.

7.10. Indica-se que o serviço de “Emissão de bilhetes de passagem” é equivalente ao número de passagens contratadas, tanto nacionais quanto internacionais.

7.11. O serviço do “Alteração e cancelamento de bilhetes de passagem” é estimado em 12,35% do número total de passagens estimadas - o que equivale a 100 passagens - de acordo com relatório emitido pelo setor responsável, apresentado na tabela abaixo.

--

BILHETES ADQUIRIDOS E CANCELADOS (2020 A 2022)			
Ano	Quantidade	Cancelamentos	%
2020	281	62	22,06
2021	278	23	8,27
2022	396	33	8,33
Total	955	118	12,35

7.12. A quantidade de “Seguro-viagem” é equivalente ao número de passagem internacionais pretendidas.

7.13. Dessa maneira, tem-se na tabela abaixo os quantitativos totais estimados.

Item	Descrição	Quantidade Anual Estimada
1	Emissão de Bilhetes de Passagem - Voos Nacionais	717
2	Emissão de Bilhetes de Passagem - Voos Internacionais	9
3	Alteração e cancelamento de Bilhetes de Passagem - Voos nacionais e Voos internacionais	100
4	Repasse - Seguro-viagem	9
5	Repasse - Voos Nacionais	717
6	Repasse - Voos Internacionais	9

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 100.520.422,00

8.1 Em atendimento aos critérios previstos na Instrução Normativa nº 65/2021 – SEGES/ME de 7 de Julho de 2021, a pesquisa de preços dos itens “Emissão de Bilhetes de Passagem – Voos Nacionais”, “Emissão de Bilhetes de Passagem – Voos Internacionais”, “Alteração e cancelamento de Bilhetes de Passagem – Voos nacionais e Voos internacionais” e “Repasse – Seguro-Viagem” foi realizada conforme o Art.5º, I da já referida IN, através do Painel de Compras.

8.2 Para definição do preço médio das passagens e considerando que não há regulação desses preços pelo Governo, bem como que o histórico da unidade aponta para um aumento significativo no preço das passagens, foram considerados os valores médios das passagens adquiridas no contrato atual relativos anos de 2021, 2022 e 2023. Entende-se por prudente considerar os valores médios mais recentes para referenciar o preço médio de passagens, bem como utilizar os valores praticados no contrato atual desta SR/PR/PR, visto que o preço das passagens tem uma grande variação considerando as cidades de origem e destino dos voos, portanto, os valores praticados no Norte do Brasil podem não se assemelhar aos valores praticados no Sul do país.

8.3 Com base no histórico de execuções, na premissa definida no item 8.2, no Mapa de Preços (SEI 33467730) e na Nota Técnica (SEI 33421740), estima-se como preço médio das passagens nacionais o valor de R\$ 1.273,95 (um mil, duzentos e setenta e três reais e noventa e cinco centavos).

8.4 Para a estimativa do preço médio das passagens internacionais foi executado o levantamento das passagens cujos destinos foram mais adquiridos, conforme Mapa Comparativo de Preços (SEI 33467730). Notou-se que a grande maioria das passagens internacionais adquiridas por esta SR/PF/PR destinou-se ao continente europeu. Portanto, a fim de melhor estimar o valor das passagens internacionais, utilizou-se a média observada das passagens adquiridas para este continente. Assim, com base no histórico de execuções e nas premissas definidas no item 8, estima-se como preço médio das passagens internacionais o valor de R\$ 9.905,80 (nove mil, novecentos e cinco reais e oitenta centavos).

8.5 O resultado da pesquisa e o valor total estimado de R\$ 1.005.204,22 (um milhão, cinco mil, duzentos e quatro reais e vinte e dois centavos) encontram-se consolidados no Mapa Comparativo de Preços SEI nº 33467730 e respectiva Nota Técnica SEI nº 33421740.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O parcelamento da solução não se aplica a presente demanda, por questões eminentemente operacionais, sendo necessário o agrupamento dos itens. Justifica-se ainda a inviabilidade de desagrupamento dos itens referentes ao repasse do valor das passagens, haja vista serem decorrentes do respectivo serviço de agenciamento.

9.2. Assim, afasta-se o caráter de parcelamento e sugere-se a licitação com os itens agrupados em um único grupo de disputa, composto de itens referentes aos repasses dos valores das tarifas e taxas devidas as companhias aéreas em razão do agenciamento, que consiste na emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem em voos domésticos, internacionais, seguro-viagem e serviços correlatos.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A presente contratação ocorre de forma independente, não se vinculando a qualquer outra contratação para que possa surtir seus efeitos.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A pretendida contratação vai ao encontro das diretrizes traçadas no Plano Estratégico 2021/2023 da Polícia Federal, conforme Resolução nº 05, de 12 de agosto de 2021, contribuindo para que se atinja o seguinte objetivo estratégico:

2.6. Objetivo: Conferir Efetividade no Emprego dos Recursos

Conferir efetividade e modernização de técnicas voltadas à gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.

11.2. De modo a indicar o alinhamento da demanda com o instrumento de planejamento do órgão, informa-se que a demanda se encontra devidamente incluída no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações 2023, conforme documento acostado a estes autos eletrônicos – Documento de Formalização da Demanda 10/2022 (SEI 29544255).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Atender à necessidade pública, assegurando o funcionamento e garantindo o desempenho das atividades da Polícia Federal no Paraná de modo que a interrupção do serviço comprometa a prestação de um serviço público e o cumprimento da missão institucional.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não serão necessárias quaisquer adequações, quer seja logística, infraestrutura, pessoal, procedimental ou regimental no âmbito da SR/PF/PR.

13.2. Realizar a licitação para escolha da proposta mais vantajosa para esta Administração.

13.3. Formalizar a nova contratação e executar os serviços a partir de 01/01/2024, evitando assim quebra de continuidade em sede de serviços contínuos e indispensáveis para SR/PF/PR.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Não se vislumbra impactos ambientais em decorrência da prestação dos serviços em estudo.

14.2 Quando aplicáveis, a CONTRATADA deverá respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, atendendo aos critérios de sustentabilidade previstos na legislação vigente.

14.3. A CONTRATADA deverá ainda atender aos critérios de sustentabilidade descritos abaixo, quando possível:

14.3.1 Selecionar materiais com baixo impacto ambiental e baixo consumo de energia, materiais reciclados ou recicláveis, com otimização dos produtos ou das técnicas, de forma a obter maior eficiência no uso de energia e menor desperdício de materiais;

14.3.2. Otimizar o uso dos sistemas de distribuição e logística para redução do consumo de energia de transporte e redução dos impactos ambientais (maior eficiência de energia ou uso de energia ambientalmente compatível); e

14.3.3. Apresentar todos os serviços contratados em faturas digitais, em modo eletrônico (e-mail), evitando, assim, utilização do papel.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1.1. O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 58/2022–ME, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da aquisição.

15.1.2. O presente planejamento atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

15.1.3. Assim, declaramos a viabilidade da contratação e recomendamos a aquisição proposta.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RAQUEL LAUTERT

Integrante Administrativo da EPC



Assinou eletronicamente em 18/01/2024 às 16:03:18.

AILTON SHIBATA DA SILVA JUNIOR

Integrante Técnico da EPC



Assinou eletronicamente em 18/01/2024 às 16:06:17.

